CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 5 – Número 0287 – 23/01 à 27/01/2023

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

Sai a nova NR 35 sobre trabalho em altura, para vigorar em 3 de julho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/01/2023

Revista, a nova Norma Regulamentadora nº 35 (NR 35) – Trabalho em Altura foi baixada pela Portaria 4.218/2022 do Ministério do Trabalho (DOU de 21/12/2022) e entrará em vigor em 3 de julho de 2023. O objetivo principal da revisão, assim como está ocorrendo com as outras NRs, é harmonizar e atualizar o texto com as demais Normas Regulamentadoras, em particular com a nova NR 1 e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Em artigo detalhado, Gianfranco Pampalon, auditor fiscal aposentado e consultor de Saúde e Segurança do Trabalho do Serviço Social da Construção do Estado de São Paulo (Seconci-SP), explica as mudanças ocorridas no texto, como a criação do novo Anexo III.

O novo Anexo estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para a utilização de escadas como meios de acesso ou como postos de trabalho no trabalho em altura e se aplica às escadas de uso individual fixas e portáteis.

O texto traz a previsão de requisitos construtivos de escadas em conformidade com as normas técnicas, em especial a NBR 16208 Escadas Portáteis Parte 1 – Termos, Tipos e Dimensões Funcionais, e Parte 2 – Requisitos e Ensaios.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

STF divulga calendário de julgamentos para primeiro semestre de 2023

Supremo Tribunal Federal - 26/01/2023

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, divulgou o calendário e os processos pautados para julgamento nas sessões plenárias presenciais marcadas para o primeiro semestre de 2023. Entre 1º/2, início do Ano Judiciário, e 30/6, o Plenário se reunirá em 42 sessões presenciais.

Justiça do Trabalho alerta sobre o tráfico para o trabalho em condições análogas à escravidão

Tribunal Superior do Trabalho - 28/01/2023

Para marcar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro), a Justiça do Trabalho lança um alerta para a sociedade que o trabalho em condições análogas à escravidão ainda e ´ uma realidade e que as pessoas correm o risco de serem aliciadas a trabalharem em situações de trabalho forçado.

Empregada tem direito a receber créditos trabalhistas com o afastamento da prescrição intercorrente

Tribunal Superior do Trabalho - 27/01/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento ao recurso de uma empregada da SEVIBA- Segurança e Vigilância da Bahia Ltda., para afastar a prescrição intercorrente declarada pelas instâncias inferiores no processo trabalhista. Dessa forma, foi restabelecido o direito da empregada exigir, judicialmente, os créditos salariais que lhe são devidos pela empresa. Segundo entendimento do colegiado, a

prescrição não poderia ser aplicada ao processo, pois a determinação judicial que entendeu pela prescrição intercorrente e extinguiu o processo é anterior à data da vigência da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), ocorrida em 11 de novembro.

Imóvel de empresário em bairro nobre de Brasília pode ser penhorado

Tribunal Superior do Trabalho - 26/01/2023

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo de Wagner Canhedo de Azevedo Filho, que pretendia afastar penhora de imóvel no Lago Sul, bairro nobre de Brasília (DF), que o empresário alegou ser impenhorável por ser bem de família, onde residiria há mais de 34 anos. Para o colegiado, é inviável o exame do apelo, uma vez que falta indicação de divergência jurisprudencial e de violação literal e direta de dispositivo da Constituição da República. Ao examinar o caso, o juízo de primeira instância constatou que o imóvel está registrado em nome da Transportadora Wadel Ltda., presumindo se tratar de imóvel comercial e não residencial.

Técnico obtém redução de jornada para cuidar de filho com malformação cerebral congênita

Tribunal Superior do Trabalho - 25/01/2023

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso de um técnico em farmácia da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) de Teresina (PI), para reduzir em 25% sua jornada semanal, ou seja, de 40 para 30 horas, a fim de acompanhar filho com síndrome de Dandy-Walker em atividades terapêuticas. Por unanimidade, o colegiado entendeu que o pai da criança, de quatros anos de idade, precisa assumir os ônus acarretados pela síndrome, o que lhe demanda tempo, dedicação e preocupação.

Mantida indenização à família de trabalhador vítima de acidente em micro-ônibus em rodovia

Tribunal Superior do Trabalho - 24/01/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de três empresas contra a condenação ao pagamento de indenização à viúva e aos filhos de um apanhador de aves vítima de acidente de trânsito quando se deslocava para o

de escravo em 2022, em um total de 462 fiscalizações realizadas no ano em todo país, resultando em mais de R$8 milhões de reais em direitos trabalhistas. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) realizou 32% do total das ações fiscais, encontrando trabalho análogo ao de escravo em 16 dos 20 estados onde ocorreram ações. Apenas nos estados de AL, AM e AP, mesmo fiscalizados, não foram constatados casos de escravidão contemporânea em 2022.

Amianto mata mais de 3.000 pessoas no Brasil entre 1996 e 2017

Fundacentro - 23/01/2023

Registros de óbitos de 1996 a 2017 mostram a ocorrência de 3.057 mortes no Brasil por doenças relacionadas ao asbesto típicas (DRA-T), como causas subjacentes ou contributivas, em adultos com 30 anos ou mais. Desse total, 2.405 (76,4%) foram causadas por mesotelioma maligno (MM), sendo 1.404 casos em homens e 1.001 em mulheres. Trata-se de tipo de câncer diretamente relacionado ao amianto, que atinge o mesotélio da pleura, camada de revestimento do pulmão, ou ainda do pericárdio ou do peritônio. Aproximadamente três quartos de todas as mortes por MM foram na pleura.

Notícias do Executivo

Previdência Social discute acordos de cooperação e investimentos com Banco Mundial e OIT

Ministério da Previdência Social - 25/01/2023

A construção de acordos de cooperação e a viabilização de investimentos foram temas discutidos pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, com representantes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os encontros ocorreram nesta terça-feira (24), na sede da pasta, em Brasília (DF).

No centenário da Previdência Social, Ministério celebra consolidação de direito fundamental

Ministério da Previdência Social - 24/01/2023

Previdência Social: direito fundamental consolidado ao longo de 100 anos. Com série de homenagens, o Ministério celebrou nesta terça-feira (24), em Brasília (DF), o centenário de um dos modelos de proteção mais completos do mundo e que atende, atualmente, mais de 37 milhões de brasileiros. Liderada pelo ministro Carlos Lupi, a cerimônia agraciou, com a Medalha do Mérito Previdenciário Eloy Chaves, personalidades físicas e jurídicas que prestaram relevantes contribuições no processo de fortalecimento da seguridade no país.

Inspeção do Trabalho resgatou 2.575 trabalhadores de trabalho análogo ao de escravo em 2022

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/01/2023

A Inspeção do Trabalho resgatou 2.575 trabalhadores de condições análogas às de

de escravo em 2022, em um total de 462 fiscalizações realizadas no ano em todo país, resultando em mais de R$8 milhões de reais em direitos trabalhistas. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) realizou 32% do total das ações fiscais, encontrando trabalho análogo ao de escravo em 16 dos 20 estados onde ocorreram ações. Apenas nos estados de AL, AM e AP, mesmo fiscalizados, não foram constatados casos de escravidão contemporânea em 2022.

Amianto mata mais de 3.000 pessoas no Brasil entre 1996 e 2017

Fundacentro - 23/01/2023

Registros de óbitos de 1996 a 2017 mostram a ocorrência de 3.057 mortes no Brasil por doenças relacionadas ao asbesto típicas (DRA-T), como causas subjacentes ou contributivas, em adultos com 30 anos ou mais. Desse total, 2.405 (76,4%) foram causadas por mesotelioma maligno (MM), sendo 1.404 casos em homens e 1.001 em mulheres. Trata-se de tipo de câncer diretamente relacionado ao amianto, que atinge o mesotélio da pleura, camada de revestimento do pulmão, ou ainda do pericárdio ou do peritônio. Aproximadamente três quartos de todas as mortes por MM foram na pleura.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

MPT adere a acordo que prevê ações de proteção a recursos hídricos

Ministério Público do Trabalho - 27/01/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) formalizou adesão a um acordo de cooperação técnica firmado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) que prevê ações conjuntas de proteção a recursos hídricos. A parceria prevê capacitação e compartilhamento de informações relativas ao tema bem como o aperfeiçoamento da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro e da ANA.

MPT em São Paulo divulga balanço do ano 2022

Ministério Público do Trabalho - 27/01/2023

Balanço realizado pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP), que tem sua área de atuação na Capital e municípios da Baixada Santista e do Grande ABC, revela que no ano de 2022 o órgão recebeu 9.267 denúncias, firmou 417 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com empregadores que concordaram em regularizar os casos de forma administrativa, e ajuizou 203 ações civis públicas (ACP) para cobrar na justiça o cumprimento da legislação trabalhista.

Representantes do MPT participarão do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo na Justiça do Trabalho

Ministério Público do Trabalho - 27/01/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa,

instituiu grupo de trabalho (GT) destinado a propor um programa institucional na Justiça do Trabalho para o enfrentamento ao trabalho em condições análogas à escravidão, ao tráfico de pessoas e proteção ao trabalho das pessoas imigrantes. O objetivo é trabalhar para assegurar direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, além de ênfase na dignidade da pessoa humana, no valor social do trabalho e na proibição de todas as formas de discriminação e promoção do trabalho decente e sustentabilidade.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Combate ao trabalho escravo: MPF atua em 432 processos em curso na Justiça Federal

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/01/2023

O combate ao trabalho escravo contemporâneo tem sido uma das prioridades de atuação do Ministério Público Federal (MPF) nos últimos anos. Atualmente, somente na primeira instância, a instituição atua em 432 processos judiciais relacionados aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores, previstos nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal, respectivamente. Desse total, 50 processos foram iniciados em 2022.

Outras Notícias

Ilegalidades e desvio de finalidade do e-Social para inclusão de dados de processos

Consultor Jurídico - 29/01/2023

No Brasil há alguns mitos que circulam de acordo com o vento, entre os quais: o governo irá reduzir burocracia, nova lei trabalhista criará emprego, novos tributos financiarão a saúde e a educação! O e-Social é um destes mitos criados pelo governo há quase uma década com a promessa de simplificar a prestação de informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Empregado que era elevado a até 12 metros sem EPIs deve ser indenizado

Consultor Jurídico - 28/01/2023

Se o empregado fica continuamente exposto a risco acentuado, é irrelevante que não tenha ocorrido acidente de trabalho. Sua integridade física e mental não pode permanecer condicionada à imprevisibilidade da sorte. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região condenou uma distribuidora de remédios a indenizar um operador de transpaleteira elétrica — uma máquina de transporte de cargas pesadas — que trabalhava em alturas de até 12 metros sem equipamentos de proteção individual (EPIs).

Validade de cláusula negocial que cria benefício de assistência à saúde

Consultor Jurídico - 27/01/2023

Das muitas funções dos sindicatos as de representação (CF, 8º, III — "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas") e a negocial (CF, 8º, VI — "é obrigatória

a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho") são das mais importantes.

Dispensas coletivas precisam de intervenção sindical

Consultor Jurídico - 26/01/2023

O anúncio da demissão de 10 mil funcionários pela Microsoft aumenta a tensão causada no mundo empresarial pela redução de quadros das big techs, logo após o desligamento em massa de 18 mil colaboradores da Amazon. Eles ampliam o alerta disparado nos estertores de 2022, quando dispensas coletivas promovidas pelas gigantes empresas de tecnologia multinacionais pegaram de surpresa todos os envolvidos: dos profissionais específicos aos investidores internacionais, passando por uma imensa cadeia econômica ligada direta ou indiretamente à área.

Juiz nega restituição de aviso prévio a trabalhador que ocultou 2º emprego

Consultor Jurídico - 25/01/2023

Conforme a Súmula 276 do Tribunal Superior do Trabalho, o direito ao aviso prévio é irrenunciável e o pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar a parcela. Porém, sua aplicação é voltada a casos de desligamento por iniciativa patronal, quando o trabalhador manifesta sua intenção de não cumprir o aviso. O trabalhador acionou a Justiça porque o empregador não lhe pagou o aviso prévio. Em sua defesa, o CIEE contou ter descoberto, por meio da geolocalização do ponto eletrônico, que o autor ocupava, sem autorização, cargo de servidor público na Prefeitura de Patos de Minas, no mesmo horário de trabalho.

Direito do Trabalho deve buscar a prevalência da vontade das partes

Consultor Jurídico - 25/01/2023

Muito tem se falado sobre a legalidade da "pejotização" e a força do negociado sobre o legislado. De maneira simples, a "pejotização" é a contratação de pessoa jurídica (PJ) unipessoal para prestação de serviços, inclusive terceirizados. Já a prevalência do negociado sobre o legislado consiste na declaração de que a vontade das partes, refletidas em acordo ou na convenção coletiva de trabalho, prevalece sobre o que diz a lei.

Eletricista receberá pensão vitalícia devido a problema na coluna

Consultor Jurídico - 23/01/2023

A ministra Maria Helena Mallmann, do Tribunal Superior do Trabalho, confirmou a condenação de uma empresa de engenharia elétrica ao pagamento de indenização e pensão vitalícia, em parcela única, a um eletricista de alta carga que ficou incapacitado para o trabalho devido a problemas de coluna. A indenização foi fixada em R$ 30 mil e a pensão vitalícia em valor correspondente à última remuneração, desde o início do recebimento de auxílio-doença até a data em que o trabalhador completaria 80 anos e 6 meses de idade.

TRT-2: Motorista que dormia durante expediente tem justa causa mantida

Migalhas - 28/01/2023

A 16ª turma do TRT da 2ª região manteve a justa causa de motorista que dormia em posto de combustível contratado para abastecer veículos de empresa de assistência técnica. Para os magistrados, embora não punida anteriormente, a conduta do profissional foi grave o suficiente para romper o vínculo empregatício.

No centenário da Previdência Social, OIT recebe homenagem do Ministério por relevante contribuição para a consolidação do sistema previdenciário no Brasil

Organização Internacional do Trabalho - 24/01/2023

No centenário da Previdência Social do Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi homenageada nesta terça-feira (24), em Brasília, por sua relevante contribuição para a consolidação dos regimes previdenciários do país. Desde então, a história da Previdência Social brasileira é marcada por reformas, constante expansão e de aperfeiçoamentos. Ao longo das décadas, a OIT tem colaborado com esses movimentos de reforma e de aperfeiçoamento, inclusive por meio do diálogo internacional.

Brasil, Suriname e OIT compartilham inovações para o planejamento, a implementação e a modernização da inspeção do trabalho

Organização Internacional do Trabalho - 24/01/2023

Representantes do Brasil, do Suriname e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) se reuniram, entre os dias 13 e 16 de dezembro, em Paramaribo, para compartilhar conhecimentos sobre estratégias de planejamento, implementação, modernização e sustentabilidade da inspeção do trabalho, durante um curso de capacitação. O principal objetivo do curso é apoiar a modernização dos processos de inspeção do trabalho no Suriname, aumentando o conhecimento e a capacidade dos auditores fiscais do trabalho e das principais partes interessadas, incluindo organizações de empregadores e de trabalhadores, para elaborar estratégias com intuito de melhorar o cumprimento das leis trabalhistas nacionais e dos acordos internacionais, inclusive no combate ao o trabalho infantil.

Atos Normativos

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 4 DE JANEIRO DE 2023 (DOU de 25/01/2023 Seção I Pág. 23) - Operadora de Plano de Saúde. Contribuição Previdenciária. Retenção. Cessão de Mão-de-Obra. Não Caracterização;

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.552, DE 24 DE JANEIRO DE 2023 (DOU de 25/01/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Portaria PRES/INSS nº 1408, de 2 de fevereiro de 2022, que disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do INSS;

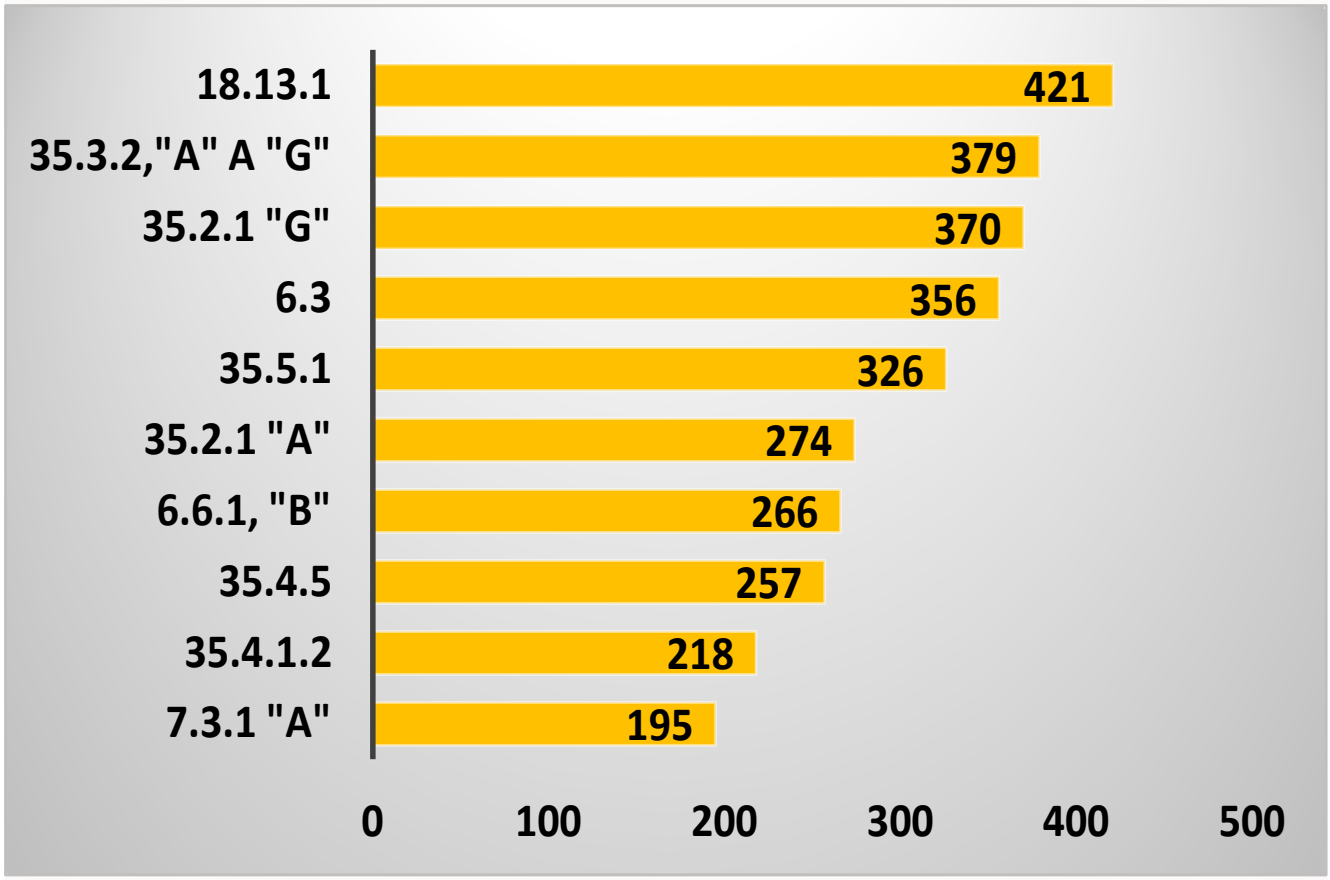
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.128, DE 23 DE JANEIRO DE 2023 (DOU de 26/01/2023 Seção I Pág. 14) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, na parte em que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.103, DE 25 DE JANEIRO DE 2023 (DOU de 26/01/2023 Seção I pág. 32) - Disciplina os atos complementares para operacionalização das rotinas para comprovação de vida dos beneficiários do INSS, conforme Portaria PRES/INSS nº 1.408, de 2 de fevereiro de 2022;

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 4 DE JANEIRO DE 2023 (DOU de 27/01/2023 Seção I Pág. 23) - Prestação de Serviços de Arquivamento de Documentos por Imageamento. Cessão de Mão de Obra. Caracterização. Retenção.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/nov):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Itens mais fiscalizados: É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de "notificações/autuações", "embargos", "interdições" e "regularizado na ação fiscal". Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:
g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

35.2.1 Cabe ao empregador:
a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:
b) exigir seu uso;

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:
a) os exames e a sistemática de avaliação sejam partes integrantes do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, devendo estar nele consignados;
b) a avaliação seja efetuada periodicamente, considerando os riscos envolvidos em cada situação;
c) seja realizado exame médico voltado às patologias que poderão originar mal súbito e queda de altura, considerando também os fatores psicossociais.

7.3.1 Compete ao empregador:
a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;.

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula